

Gasto, Renda e Desigualdade no Brasil: um Estudo Comparativo entre as Regiões Nordeste e Sudeste

Rozane Bezerra de Siqueira

Professora adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Ph.D pela University College Loncon, e Pesquisadora do CNPq.

Cláudia Satie Hamasaki

Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Doutoranda em Economia no PIMES (UFPE).

Resumo

Calcula e compara índices de desigualdade para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, utilizando gasto com consumo e renda como indicadores dos recursos das famílias, a partir das informações da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996/7. O objetivo do presente estudo é investigar em que medida esses dois indicadores, gastos com consumo e renda, podem levar a diferentes conclusões sobre a questão da disparidade nos padrões de vida das famílias brasileiras e como esta difere entre regiões. Observa-se que para ambas as regiões estudadas a desigualdade na distribuição do gasto é significativamente menor que a desigualdade de renda. Além disso, as diferenças inter-regionais nos índices de desigualdade e de padrão de vida dos domicílios são menores quando avaliados em termos de gasto.

Palavras-Chave:

Gastos; Renda familiar; Desigualdade – Renda – Brasil;

1 - INTRODUÇÃO

Análises sobre desigualdade e pobreza no Brasil usualmente adotam a renda como medida de bem-estar dos indivíduos e famílias. A teoria econômica sugere, no entanto, que o gasto com consumo, por ser mais estável do que a renda corrente durante o ciclo de vida das famílias, é um indicador mais apropriado do padrão de vida das mesmas (FEENBERG et al., 1998; POTERBA, 1989; CREEDY, 1997).

Segundo BLUNDELL & PRESTON (1994, 1995), as medidas agregadas de desigualdade e pobreza que utilizam informações sobre a renda (*based on snapshots of income*) podem falhar em captar mudanças ao longo do tempo associadas aos picos de renda mais do que à extensão dos intervalos de tempo em que a renda é mais baixa. Em compensação, os gastos com consumo podem melhor refletir o volume de recursos esperados ao longo da vida, o que tem sustentado o crescente uso do consumo na mensuração do bem-estar das famílias.

O objetivo do presente estudo é investigar em que medida esses dois indicadores, gastos com consumo e renda, podem levar a diferentes conclusões sobre a questão da disparidade nos padrões de vida das famílias brasileiras e como esta difere entre regiões. Em particular, busca-se explorar a possibilidade de dados sobre consumo familiar vir adicionar luz a essa questão.

Para tanto, são calculados índices de desigualdade para duas regiões do Brasil – Nordeste e Sudeste – a partir das informações da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996/7 (IBGE, 1997), utilizando ambas as medidas, renda e gasto com consumo, como indicadores dos recursos das famílias.

Este artigo está organizado da seguinte forma. A seção que segue apresenta os principais argumentos em favor do uso de consumo em vez de renda como medida de padrão de vida. A seção 3 discute brevemente o método usado para cálculo dos indicadores de desigualdade, e compara os resultados baseados na renda com os baseados no gasto. A seção 4 contém os comentários finais.

2 - MENSURAÇÃO DE PADRÃO DE VIDA: GASTOS COM CONSUMO OU RENDA ?

A renda de uma família (ou de um indivíduo) pode variar consideravelmente de mês a mês ou de ano a ano, de forma que medidas baseadas na renda observadas no período de um mês ou um ano podem subestimar ou superestimar em muito o verdadeiro padrão de vida da família. A teoria econômica (*life-cycle theory*) sugere que, quando é possível poupar ou se endividar, a família procurará suavizar seu fluxo de consumo ao longo do tempo de vida, mesmo quando sua renda se torna temporariamente mais alta ou mais baixa (ou seja, quando o fluxo de renda esperada é irregular). Nesse caso, gasto com consumo refletirá melhor o nível de recursos disponíveis para a família no longo prazo¹.

Ao se usar os gastos com consumo, as diferenças com relação à renda refletem diferenças nos recursos e necessidades esperados, pois se as rendas são incertas, considerando-se o componente do risco, então os consumidores avessos ao risco estarão dispostos a trocar um fluxo de renda duvidoso por um fluxo de renda certo ainda que menor. A renda corrente não consegue captar esses efeitos; mas, se os consumidores são avessos ao risco, a poupança por precaução poderá reduzir o consumo presente e, se a aversão ao risco for permanente, o nível de poupança medirá o custo de bem-estar da incerteza (BLUNDELL & PRESTON, 1994, 1995)².

¹ “The use of income as a measure of household welfare is open to the obvious criticism that current income may not reflect the longer-run level of resources available to a household or an individual.” (Blundell e Preston, 1995)

² “There is a further aspect to living standards that merits consideration. Much variation in income is unanticipated and this income risk makes households worse off. (...) While this cost cannot be captured by their income, the uncertainty should encourage precautionary saving which means that it will depress their consumption. The cost of increasing income risk is therefore reflected in increased precautionary saving. This offers another argument for looking sympathetically at the use of consumption”. (*id.*)

Obviamente, o risco de se exagerar a verdadeira posição de uma família ao considerar apenas sua renda será maior para aqueles grupos da população cujas rendas são particularmente variáveis (que tipicamente incluem os que trabalham por conta própria). Para essas famílias, pelo menos, pode-se esperar que o gasto seja um indicador mais preciso do padrão de vida do que a renda, e famílias com rendas baixas alocam uma parcela maior de suas rendas para consumo do que famílias com rendas mais altas, que poupam relativamente mais.

Um segundo argumento que se tem apresentado a favor do uso de gasto com consumo em análises de bem-estar é de natureza prática, e está relacionado com a qualidade dos dados, particularmente com a ocorrência de subdeclaração da renda tributável. Em tais circunstâncias, consumo pode refletir melhor o padrão de vida da família, ou, como sugerido em GOODMAN & WEBB (1995), ser usado como uma indicação mais confiável da verdadeira renda recebida pela família.

Deve-se ressaltar, no entanto, que apesar das vantagens acima mencionadas, a utilização de consumo como indicador de padrão de vida deve atentar para algumas considerações. BLUNDELL & PRESTON (1994, 1995) advertem para o fato de que, apesar dos argumentos a favor do uso do gasto com consumo, é necessária alguma cautela no uso deste como medida de bem-estar. Existem alguns problemas em usar o consumo quando se comparam famílias de diferentes idades; pois, se as preferências das pessoas mudam ao longo da vida (influenciadas por circunstâncias tais como nascimento de filhos e aposentadoria), então o nível de consumo familiar pode ser diferente mesmo quando suas possibilidades de consumo são idênticas.

Além disso, pessoas nascidas em diferentes anos podem se deparar com diferentes possibilidades de substituição intertemporal e, portanto, escolher diferentes fluxos de gasto, mesmo tendo em seus tempos de vida recursos iguais.

Outro problema com a abordagem do consumo está relacionado com a necessidade de se utilizar gasto corrente como medida de consumo. Variações no nível de gasto de uma família associadas a compras não freqüentes de bens duráveis não refletem necessariamente uma variação correspondente no padrão de vida da família.

3 - DISTRIBUIÇÃO DE GASTOS E RENDA DOMICILIARES

Com base nos argumentos apresentados acima, há fortes razões para se considerar a abordagem do gasto de consumo na análise distributiva e comparar os resultados com a distribuição de renda. Esta seção compara a distribuição de renda com a distribuição de gasto em duas regiões do Brasil, no Nordeste e no Sudeste. Para tanto, são utilizados microdados da Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV) 1996/7, que é a pesquisa mais recente no Brasil contendo informação sobre despesas e rendas domiciliares. A PPV cobre apenas áreas urbanas e rurais das regiões Nordeste e Sudeste, o que inviabiliza uma análise para o Brasil como um todo.

A medida de renda aqui utilizada é a renda domiciliar mensal líquida de impostos diretos e contribuições trabalhistas. A medida de gasto é o gasto domiciliar mensal com todos os bens e serviços.³ Pagamentos de impostos diretos e contribuições trabalhistas não estão incluídos em gasto. Para tornar as medidas comparáveis entre domicílios de diferentes tamanhos, todas as rendas e gastos são expressos em termos per capita.⁴ As TABELAS 1 e 2 trazem as informações sobre gasto e renda para o Nordeste.

³ Quando se considera gasto, a unidade de análise mais apropriada é o domicílio, visto que pode não ser possível alocar alguns itens de despesa domiciliar para unidades menores.

⁴ Este procedimento ignora possíveis economias de escala e diferenças em necessidades associadas a diferenças na composição dos domicílios. Uma abordagem mais precisa seria utilizar escalas de equivalência, a qual será adotada em uma versão posterior deste trabalho.

TABELA 1
NORDESTE: GASTO MÉDIO E PROPORÇÃO
DE GASTOS

DECIL	GASTO MÉDIO (R\$)	PROPORÇÃO	
		No Decil (%)	Acumulada (%)
Primeiro	14,50	1,25	1,25
Segundo	25,91	2,26	3,51
Terceiro	36,37	3,12	6,63
Quarto	45,95	3,98	10,61
Quinto	57,65	4,96	15,57
Sexto	72,17	6,25	21,82
Sétimo	92,89	8,03	29,84
Oitavo	128,94	11,15	42,00
Nono	197,82	17,11	58,11
Décimo	489,11	41,89	100,00

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

As TABELAS 1 e 2 apresentam dados de distribuição para a região Nordeste baseados em gasto e renda, respectivamente. Comparação dessas duas tabelas mostra que os gastos domiciliares médios são menores que as rendas médias para todos os decis, com a diferença aumentando para os últimos decis.⁵

Por outro lado, a distribuição dos gastos apresenta-se menos desigual que a da renda. O primeiro decil de gasto detém 1,25% do gasto total e o primeiro decil de renda detém 0,77%. Para o último decil, os valores são 41,89% para gasto e 52,19% para renda. É interessante notar também que os domicílios até o quinto decil detêm 15,57% do gasto total, mas apenas 11,59% da renda total. O GRÁFICO 1, com as curvas de

⁵ Vale observar que este não é necessariamente um resultado esperado. GOODMAN & WEBB (1995), por exemplo, ressaltam que "Many of those on zero or negative incomes are to be found amongst the 'top' half of the expenditure distribution. In some years, their average expenditure is higher than the average expenditure of the population as a whole". BLUNDELL & PRESTON (1995) também citam um estudo para o Reino Unido onde "consumption based poverty rates are much lower than those based on income".

TABELA 2
NORDESTE: RENDA MÉDIA E PROPORÇÃO
DA RENDA

DECIL	RENDA MÉDIA (R\$)	PROPORÇÃO	
		No Decil (%)	Acumulada (%)
Primeiro	16,00	0,77	0,77
Segundo	32,89	1,59	2,35
Terceiro	47,28	2,25	4,60
Quarto	64,34	3,12	7,72
Quinto	82,01	3,87	11,59
Sexto	108,18	5,14	16,73
Sétimo	145,91	7,03	23,76
Oitavo	202,29	9,67	34,25
Nono	302,54	14,37	47,81
Décimo	1097,43	52,19	100,00

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

Lorenz para as duas distribuições, permite perceber melhor essa diferença.

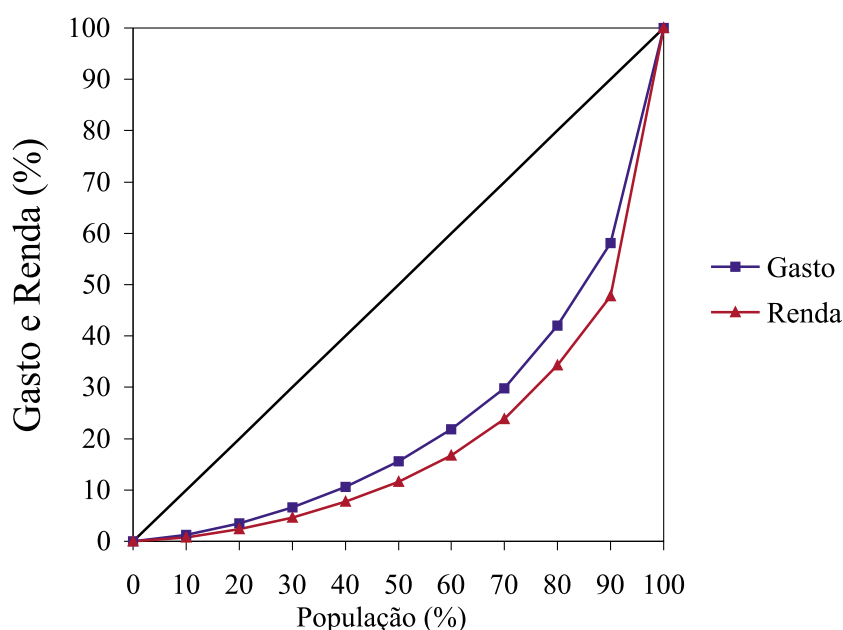
As TABELAS 3 e 4 apresentam resultados para as distribuições de gasto e de renda da região Sudeste. Observa-se que nesta região a desigualdade de gasto também é inferior à desigualdade de renda e que os gastos domiciliares médios são substancialmente menores que as rendas médias para todos os *decis*.

No Sudeste, os mais pobres da distribuição de gasto detêm 1,47% do gasto total, enquanto para a renda este número é de 1,08%. Para o último decil, os valores são 37,97% para gasto e 44,07% para renda. Na região Sudeste, os domicílios até o quinto decil detêm 17,74% do gasto total, mas apenas 15,01% da renda total.

O GRÁFICO 2 traz as curvas de Lorenz para as distribuições de gasto e renda na região Sudeste, a partir do que pode-se perceber melhor essa diferença.

Todavia, a diferença entre as duas distribuições é bem menor no caso da região Sudeste do que no Nordeste, como se observa no GRÁFI-

GRÁFICO 1
NORDESTE - CURVAS DE LORENZ GASTO E RENDA



CO 2 comparando-o com o GRÁFICO 1. Para termos uma idéia mais clara da extensão da desigualdade de gasto e compará-la com a desigualdade de renda, calculamos algumas medidas-sumário de desigualdade para a distribui-

ção de gasto e de renda, apresentados na TABELA 5. Essas medidas são: a razão **R** entre o gasto (renda) médio(a) do último decil e do primeiro decil, e os conhecidos índices de Gini (**G**) e índice de ATKINSON (**A**).

TABELA 3
SUDESTE: GASTO MÉDIO E PROPORÇÃO DE GASTOS

DECIL	GASTO MÉDIA (R\$)	PROPORÇÃO	
		No Decil (%)	Acumulada (%)
Primeiro	37,92	1,47	1,47
Segundo	67,15	2,59	4,06
Terceiro	92,35	3,63	7,70
Quarto	117,29	4,56	12,26
Quinto	144,60	5,48	17,74
Sexto	182,07	7,04	24,78
Sétimo	228,44	8,83	33,61
Oitavo	300,91	11,63	46,37
Nono	434,02	16,78	62,03
Décimo	981,59	37,97	100,00

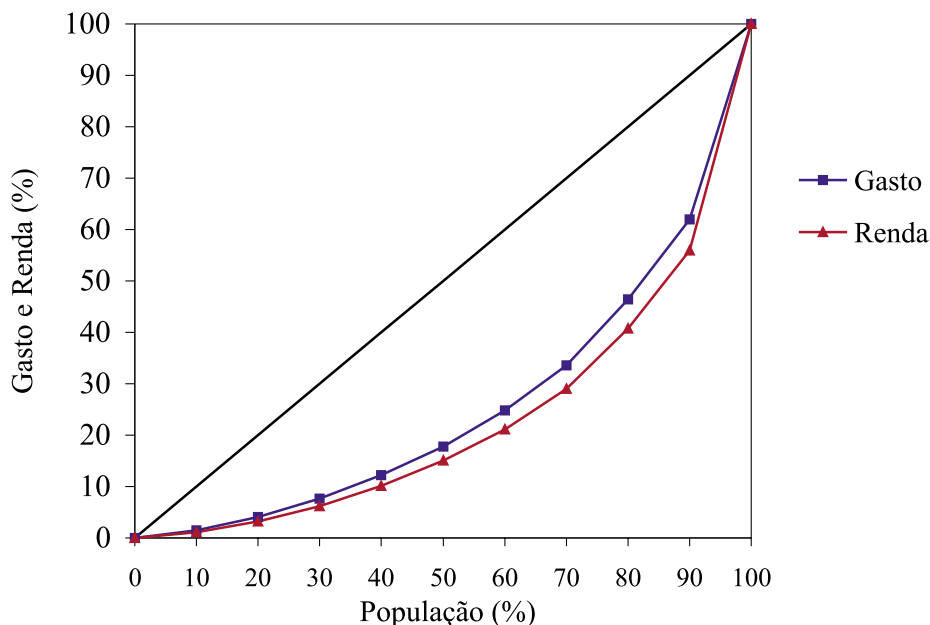
FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

TABELA 4
SUDESTE: RENDA MÉDIA E PROPORÇÃO DA RENDA

DECIL	GASTO MÉDIA (R\$)	PROPORÇÃO	
		No Decil (%)	Acumulada (%)
Primeiro	50,19	1,08	1,08
Segundo	99,52	2,15	3,22
Terceiro	139,17	2,99	6,21
Quarto	181,30	3,90	10,11
Quinto	227,94	4,90	15,01
Sexto	284,06	6,08	21,09
Sétimo	367,89	7,95	29,04
Oitavo	496,82	10,59	40,70
Nono	756,19	16,30	55,93
Décimo	2066,80	44,07	100,00

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

GRÁFICO 2
SUDESTE - CURVAS DE LORENZ GASTO E RENDA



Assim como o índice de Gini, o índice de Atkinson também varia entre 0 (completa igualdade) e 1 (completa desigualdade)⁶. Assim, se o valor de **A** cai, então a distribuição do gasto e/ou da renda se torna mais igualitária – seria necessário um maior nível de renda igualmente distribuída para atingir o mesmo nível de bem-estar social que a distribuição observada (ATKINSON, 1970).

Dada uma distribuição de renda com índice de Atkinson de 33,6% no Nordeste, o mesmo nível de bem-estar poderia ser atingido com 66,4% da renda total em uma distribuição igualitária, enquanto no Sudeste, com **A** de 25,7%, o mesmo

nível de bem-estar poderia ser atingido com 74,3% da renda total se a distribuição fosse igualitária.

A TABELA 5 mostra que a desigualdade de renda para a região Nordeste, mais do que para o Sudeste, supera em muito a desigualdade de gasto, embora esta ainda possa ser considerada bastante alta. Além disso, observa-se que apesar da desigualdade de renda na região Nordeste ser substancialmente maior

TABELA 5
INDICADORES DE DESIGUALDADE:
NORDESTE E SUDESTE

	R	GINI	ATKINSON
NORDESTE			
Gasto	33,7	0,539	0,236
Renda	68,6	0,651	0,336
SUDESTE			
Gasto	25,9	0,496	0,201
Renda	41,2	0,579	0,257

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

⁶ O valor do parâmetro de aversão à desigualdade (ϵ) do índice de ATKINSON (1970) foi fixado em 0,5. Para aqueles não familiarizados com a interpretação desse índice, o valor 0,24 na TABELA 3, por exemplo, significa que, de acordo com uma dada preferência redistributiva (capturada pelo parâmetro de aversão à desigualdade (ϵ), se o gasto fosse igualmente distribuído entre todos os domicílios, então seriam necessários apenas 76,% do total do gasto domiciliar na região Nordeste para gerar o mesmo nível de bem-estar que aquele associado à distribuição observada.

que a desigualdade de renda na região Sudeste, a diferença entre o nível de desigualdade de gasto nas duas regiões é significativamente menor, o que também pode ser visto nos GRÁFICOS 3 e 4.

Comparando-se inter-regionalmente os indicadores apresentado neste artigo, observa-se que as diferenças entre os gastos domiciliares médios do Nordeste e do Sudeste são relativamente menores que as diferenças entre as rendas médi-

GRÁFICO 3
CURVAS DE LORENZ - GASTO - NORDESTE E SUDESTE

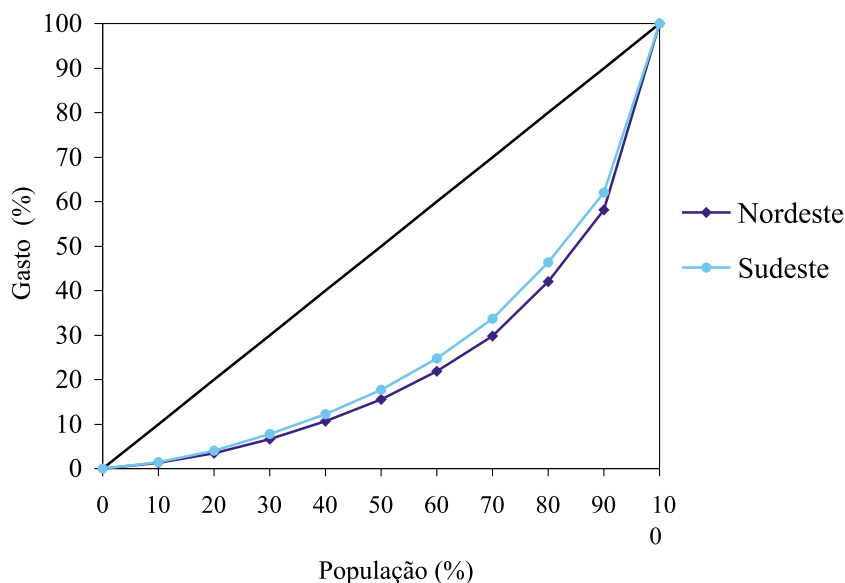
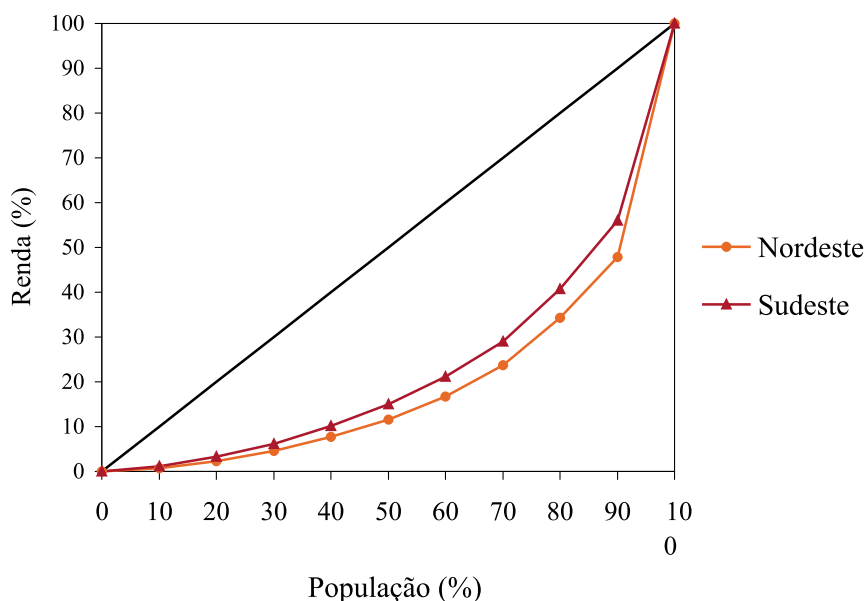


GRÁFICO 4
CURVAS DE LORENZ - RENDA - NORDESTE E SUDESTE



as das duas regiões, principalmente para os primeiros decis, conforme pode ser observado nas TABELAS 6 e 7.

Pela TABELA 6, observa-se que o gasto médio na região Sudeste é cerca 2,5 vezes maior que a do Nordeste nos seis primeiros decis, diminuindo, pouco, para 2 vezes nos decis superiores.

Observa-se, porém, pela TABELA 7, que quando utilizada a variável renda, a relação en-

tre a renda média no Sudeste e no Nordeste nos decis varia de 3,14 a 1,88, com uma variância maior. Medida pela renda, as desigualdades entre as regiões se aprofundam. Para os 10% mais pobres, o gasto médio no Sudeste é 2,62 maior do que no Nordeste, enquanto em termos de renda média essa diferença passa para 3,14. Para o último decil (décimo), o gasto médio no Sudeste é 2,01 maior do que no Nordeste, enquanto em termos de renda média essa diferença passa para 1,88.

4 - COMENTÁRIOS FINAIS

Visto que nenhuma medida é capaz de refletir todos os aspectos do padrão de vida das famílias, pode ser mais apropriado adotar várias abordagens em análises de bem-estar. Em particular, o montante de gastos de uma família em bens e serviços pode ser usado como informação adicional importante sobre o bem-estar material desfrutado por seus membros. Gasto tem a vantagem de ser relativamente estável e mais confiável quando a probabilidade de subdeclaração de renda é alta. O presente trabalho indica que abordagens diferentes podem levar a resultados bem diversos e, se usadas isoladamente, podem gerar conclusões equivocadas.

É importante ressaltar que a análise desenvolvida aqui deve ser estendida e aprofundada para que possamos entender melhor os resultados obtidos e avançar na compreensão da natureza das desigualdades observadas na sociedade brasileira. É interessante, por exemplo, examinar que tipo de pessoas se encontram nas classes de gasto mais baixas e se estas pessoas são também os mais pobres em termos de suas rendas. Além disso, a sensibilidade dos resultados deve ser testada em relação a outras fontes de dados.⁷ Enfim, entende-

⁷ BARROS, MENDONÇA & NERI (1995) calculam índices de desigualdade para Recife e São Paulo utilizando dados de gasto e renda a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD.

TABELA 6
GASTO – SUDESTE E NORDESTE

DECIL	GASTO MÉDIO (R\$)		
	SUDESTE	NORDESTE	SE/NE
Primeiro	37,92	14,50	2,62
Segundo	67,15	25,91	2,59
Terceiro	92,35	36,37	2,54
Quarto	117,29	45,95	2,55
Quinto	144,60	57,65	2,51
Sexto	182,07	72,17	2,52
Sétimo	228,44	92,89	2,46
Oitavo	300,91	128,94	2,33
Nono	434,02	197,82	2,19
Décimo	981,59	489,11	2,01

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

TABELA 7
RENDA – SUDESTE E NORDESTE

DECIL	GASTO MÉDIA (R\$)		
	SUDESTE	NORDESTE	SE/NE
Primeiro	50,19	16,00	3,14
Segundo	99,52	32,89	3,03
Terceiro	139,17	47,28	2,94
Quarto	181,30	64,34	2,82
Quinto	227,94	82,01	2,78
Sexto	284,06	108,18	2,63
Sétimo	367,89	145,91	2,52
Oitavo	496,82	202,29	2,46
Nono	756,19	302,54	2,50
Décimo	2066,80	1097,43	1,88

FONTE: Dados originais da PPV 1996/1997, do IBGE.

mos que, dada as limitações das medidas e dos dados disponíveis, análises sistemáticas são necessárias para, como alertou Amartya Sen (em Seidl, 1988), se evitar conclusões do tipo “poverty like beauty lies in the eye of the beholder”.

Abstract

This paper estimates and compares inequality measures for the Northeastern and Southeastern regions in Brazil using consumption expenditure and income information as a measure of household resources, using data from Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996/7 . The purpose is to evaluate how can these measures lead to different conclusions about the disparities in Brazilian household standard of living, and how can it differs between regions. The results indicates that for both regions the inequality in the distribution of expenditures is significantly lower than the income inequality. Furthermore, the inter-regional differences in the inequality indices and household standard of living are smaller when assessed in terms of expenditure.

Key-Words :

Expenditure; Family income; Inequality; Income; Brazil

5 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ATKINSON, A. B. On the measurement of Inequality. **Journal of Economic Theory**, v. 2, p. 244-263, 1970.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R. , NERI, M. An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF versus PNAD. ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 17., Salvador, 1995. **Anais...**, Salvador. 1995. p. 105-129, v. 1.
- BLUNDELL, R. , Preston, I. **Income or consumption in the measurement of inequality and poverty?**. Londres: Institute for Fiscal Studies, 1994 . (W94/12, Working Papers Series)
- _____. Income expenditure and the living standards of UK households. **Fiscal Studies**, v.16, n.3, 1995
- CREEDY, J. **Are consumption taxes regressive**. Melbourne: University of Melbourne. 1997. (WP20/97, Melbourne Institute Working Paper Series)
- FEENBERG, D. et al. Distributional effects of adopting a national retail sales tax. NBER: Cambridge, Massachusetts. 1998. (NBER Working Paper no.5885)
- GOODMAN, A. , WEBB, S. (1995) The distribution of household expenditure in the UK 1979-1992. **Fiscal Studies**, v.16, n. 3, p. 55-80, 1995.
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998
- _____. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. ENCONTRO SOBRE DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL. Rio de Janeiro, 1999. **Anais ...** . Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- IBGE. **Pesquisa sobre Padrões de Vida** 1996-1997. Rio de Janeiro, 1997
- POTERBA, J. Lifetime incidence and the distributional burden of excise taxes. **American Economic Review**. v.79, p. 325-330, 1989.
- ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil . ENCONTRO SOBRE DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL, Rio de

janeiro, 1999. **Anais...** . Rio de Janeiro:
IPEA, 1999. (CD-Rom – faixa 5).

SEIDL, C. Poverty measurement: a survey. In:
BOSS, D. et al. (ed.) **Welfare and efficiency in public economics**. Heidelberg: Springer-Verlag. 1988.

Recebido para publicação em 10.AGO.2000.